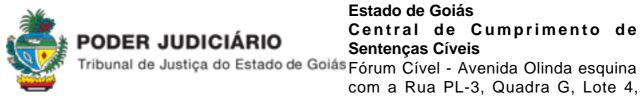
ingel - Data: 18/10/2025 15:55:53

Processo: 5127533-32.2024.8.09.0051 Movimentacao 64: Documento Expedido

Arquivo 1: online.html



PODER JUDICIÁRIO Comarca de Goiânia Estado de Goiás Central de Cumprimento de Sentenças Cíveis

com a Rua PL-3, Quadra G, Lote 4, Sala T-04, Park Lozandes, Goiânia, Goiás, CEP 74.884-120 WhatsApp: (62) 3018-6596

## TERMO DE PENHORA E DEPÓSITO

Processo Digital: 5127533-32.2024.8.09.0051

Natureza: PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO -> Processo de Conhecimento -> Procedimento

de Cumprimento de Sentenca/Decisão -> Cumprimento de sentenca

Exequente: Br Fomento Mercantil Ltda. 22.763.204/0001-17 Executado: Diogo Reis Ludovico De Almeida 004.675.711-20

Valor da Causa: R\$ 51.089,00

Na data de hoje, em cumprimento ao despacho do(a) Meritíssimo(a) Juiz(a) de Direito da Goiânia - Central de Cumprimento de Sentença Cível, da Comarca de Goiânia, Estado de Goiás, Doutor(a) CARLOS HENRIQUE LOUÇÃO, lavrei o presente Termo de Penhora para que, doravante, seja(m) considerado(s) penhorado(s) nestes autos o(s) seguinte(s) bem(ns):

Descrição do(s) bem(ns): O imóvel de Matrícula nº 46.804, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Trindade, Estado de Goiás.

Matrícula: Nº 46.804, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Trindade, Estado de Goiás.

Despacho/Decisão: Evento 58 - "(...)Considerando o interesse expresso do exequente em obter a penhora por termo, DEFIRO o pedido de penhora do imóvel de matrículas n. 46.804 (Cartório de Registro de Imóveis e Tabelionato 1º de Notas, Trindade de Goiânia), de propriedade do devedor Diogo Reis Ludovico De Almeida, sob conta e risco da parte credora, por termo nos autos, conforme o Art.

838 do Código de Processo Civil. Lavre a UPJ o termo competente, desde que recolhidas as custas pertinentes. Nomeio fiel depositário do imóvel o devedor, ora executado, Diogo Reis Ludovico De Almeida.(...)".

A Parte Executada terá o prazo de 15(quinze) dias para oferecer embargos, contados da assinatura deste.

Sendo a Parte Exeguente beneficiária da gratuidade da justiça será aplicável o disposto no artigo 98, § 1º, inciso II, do Código de Processo Civil, e artigo 11, inciso II, da Lei nº 19.191/2015.

Goiânia, 12 de novembro de 2024.

**GEYSER VAZ** Matrícula 5083982